

# Pluralismo em economia: da epistemologia a hermenêutica<sup>1</sup>

Paulo Gala  
(FGV-SP)

Danilo Araújo Fernandes  
(NAEA/UFPA)

Bernardo Stuhlberger Wjuniski  
(FGV-SP e Tendências Consultoria Integrada)

Taís Marques Corrêa  
(FGV-SP)

Resumo :

O trabalho tem por objetivo trazer elementos da corrente filosófica da hermenêutica para a discussão metodológica em economia, notadamente no que diz respeito à questão da busca da “verdade”. Apresenta uma interpretação da evolução da filosofia da ciência no século XX baseada no filósofo Richard Rorty, para depois destacar o conceito rortyano de espaço hermenêutico como justificativa racional para a adoção do pluralismo em economia. Por fim conclui com algumas reflexões possivelmente úteis para a prática da ciência econômica.

Palavras-chave : Pluralismo, metodologia científica, espaço hermenêutico

Área 1: sessões ordinárias

Abstract:

This paper brings elements from hermeneutics to the debate on methodology in economics, with a specific concern on the theory of truth. After presenting a brief interpretation of the evolution of ideas in philosophy of science in the 20<sup>th</sup> century based on Richard Rorty, we present the idea of the hermeneutic space as a rational justification for pluralism in economics. We finally conclude with some reflections that may be useful for research in economics.

Key words : Pluralism, scientific methodology, hermeneutics

Código da classificação do JEL : B41

---

<sup>1</sup> Agradecemos os comentários decisivos de José Márcio Rego.

## Introdução

Nossa proposta neste artigo será fazer um estudo sobre a hermenêutica e sua possível influência sobre a discussão metodológica em economia. O foco principal no trabalho será a conexão necessária entre o pluralismo de idéias e a noção de espaço hermenêutico definido pelo neopragmatismo de Richard Rorty. Teremos como objetivo mais amplo apresentar um arcabouço filosófico que nos permita buscar respostas para os questionamentos que se tem apresentado regularmente sobre o papel da retórica e da perspectiva pragmática em relação à prática científica dos economistas, com destaque especial para as virtudes de uma perspectiva plural em economia. Neste sentido, trataremos das discussões que nos levaram “da epistemologia a hermenêutica” na seção dois do trabalho. Na seção três discutiremos a importância do “espaço hermenêutico” para o avanço da ciência e as possíveis lições para a prática da ciência econômica. Na conclusão do trabalho trataremos da viabilidade e relevância da perspectiva hermenêutica e pluralista para a discussão metodológica em economia.

## Da epistemologia a hermenêutica

A história da filosofia da ciência no século XX, desde seus primórdios com os positivistas lógicos até as discussões recentes acerca do papel da retórica, da hermenêutica e do pragmatismo, pode ser vista, segundo nossa interpretação baseada em Rorty, como um caminho que se inicia com o debate epistemológico sobre os critérios positivistas de demarcação científica, até formas mais abertas e discursivas de se encarar o debate metodológico nas ciências em que a epistemologia é deixada de lado em detrimento da interpretação e da retórica. Pode-se entender esse processo como uma grande trajetória de abertura discursiva gradual, no qual a filosofia da ciência vem cada vez mais compreendendo que não há uma maneira precisa e “correta” de se chegar à “verdade”.

Essa primeira seção examina essa dinâmica de abertura da filosofia da ciência, apresentando a hermenêutica como uma das etapas mais novas desse desenvolvimento, a partir das idéias do filósofo Richard Rorty. Conforme discutiremos mais adiante, Rorty acaba por abandonar a epistemologia, entendendo que a busca por formas adequadas para se chegar a “verdade” já estão *a priori* equivocadas. Entretanto, antes de ingressar mais

profundamente nas idéias de Rorty, cabe apresentar um breve resumo das principais contribuições da história da filosofia da ciência no século XX, mostrando porque, no entendimento de Rorty, e no nosso, a filosofia da ciência vem caminhando da epistemologia à hermenêutica.

No positivismo lógico de Rudolf Carnap só há dois tipos de conhecimento genuínos: o analítico, como a matemática e a lógica, verdadeiros em qualquer mundo, e o da ciência empírica, sintético e verdadeiro somente sob certas condições. Não obstante, além de propor apenas uma divisão entre o que é e o que não é conhecimento válido, o positivismo lógico também determinou o que seria a maneira correta de fazer ciência (seu critério de demarcação). Segundo os positivistas lógicos, as idéias começam nas sentenças sobre fenômenos observáveis e, através da indução, generalizam as sentenças a fim de obter teorias científicas. Dessa forma, as teorias científicas deveriam ser puramente descritivas, sem tentar ir além do empírico (HANDS, 2001).

Além disso, deveria ser possível traduzi-las de volta como sentenças observáveis sem que houvesse perda de significado. Em outras palavras, as teorias científicas não seriam mais do que descrições das observações empíricas expressas em uma linguagem específica (a linguagem matemática, própria das ciências). O positivismo lógico do início do século XX corresponde, portanto, a uma das formas contemporâneas mais fechadas de se fazer filosofia da ciência, pois nem sequer reconhece o valor descritivo das várias experiências históricas que deram conteúdo e significado social às práticas científicas ao longo dos séculos. Ele simplesmente ignora esta discussão que nos levaria ao reconhecimento da pluralidade de métodos aos quais se recorreu ao longo da história do pensamento científico. Entende que a verdade deva ser compreendida de uma maneira unilateral e positiva, um conteúdo a ser descoberto e revelado por meio de um método privilegiado, único e capaz de alcançar a “verdade” de forma racional (a epistemologia científica).

Nesse sentido, as idéias apresentadas por Popper são um passo adiante em termos de abertura epistemológica frente ao positivismo lógico, pois já se entende, pelo menos, que não há uma forma privilegiada de se chegar à “verdade”, dado que a simples descrição da realidade incorre no problema da indução de Hume. Este postula que não há como justificar logicamente uma generalização a partir de observações particulares, problema que o

positivismo lógico nunca de fato resolveu. Entretanto, Popper ainda apresenta uma estrutura argumentativa de caráter demarcacionista, próprio do debate epistemológico, em que apesar de reconhecer que não há um método capaz de conduzir as teorias à verdade, propõe que exista pelo menos um método para falseá-las, sendo possível distinguir entre as teorias mais “próximas da verdade”, as não falseadas, e as mais distantes, aquelas que foram falseadas por algum teste empírico.

Para Popper, a ciência deveria funcionar com a lógica do *modus tollens*, tentando falsear teorias e não corroborá-las e é exatamente daí que surge seu método de demarcação. Uma teoria é científica se ela gerar previsões que sejam potencialmente falseáveis. E caso duas teorias tenham passado pelos mesmos testes e sobrevivido, deve-se escolher a que gera mais previsões falseáveis, pois esta é a que tem maior conteúdo empírico (POPPER, 1934). Entretanto, a lógica popperiana ainda apresenta limitações próprias ao tratamento epistemológico das ciências, já que o falsificacionismo ainda é entendido como o método mais adequado para aproximar uma teoria da verdade, um modelo considerado epistemologicamente ideal para a escolha entre teorias científicas, mas que não parece se importar suficientemente com a forma pela qual as ciências são construídas de fato.

O problema, no entanto, é que mesmo enquanto critério de escolha ideal, o método de Popper ainda parece racionalmente incompleto, visto que não é capaz de permitir uma superação definitiva dos impasses lógicos oriundos das aporias do empirismo. Em Popper, a dificuldade de separar o conteúdo empírico de uma teoria de seus elementos puramente teóricos quando de um teste científico se mantém, o que dificulta o teste final visto que as teorias quando colocadas à prova, são colocadas em seu conjunto, não permitindo que se saiba, *a priori*, qual elo da cadeia foi efetivamente falseado. Este foi um dos problemas fundamentais que levaram Willard Quine a defender a impossibilidade lógica de se separar conhecimento analítico e sintético. Na prática, portanto, fica difícil, do ponto de vista lógico afirmar que uma teoria deva ser rejeitada por qualquer critério empírico que seja. Sempre será possível logicamente recuperar o conteúdo não empírico de uma teoria, revendo-a e salvando-a de uma suposta refutação. O recurso a hipóteses *ad hoc*, neste sentido, será sempre uma dificuldade para as pretensões idealistas da epistemologia popperiana.

É em meio a este problema que Thomas Kuhn, um dos maiores filósofos da ciência do século XX, apresenta seu entendimento sobre a evolução do conhecimento científico, a partir do conceito de paradigma. Paradigmas correspondem ao entendimento comum do meio científico sobre os seus objetos de estudo e práticas de pesquisa e sobre as formas e metodologias utilizadas na construção de suas teorias, a partir das quais os cientistas chegam aos seus resultados. Segundo Kuhn, as diferentes ciências evoluem a partir da evolução dos paradigmas. Nos períodos de ciência normal, os cientistas se dedicam a desenvolver a ciência a partir dos valores do seu paradigma; já nos períodos de ruptura ou “revoluções científicas”, um determinado conjunto de valores e metodologias não são mais suficientes para explicar o objeto de estudo e um novo conjunto de valores, um novo paradigma, começa a surgir. Dessa forma, a evolução da ciência ocorre não apenas nos períodos de ciência normal, mas essencialmente nos períodos de ruptura. Tais períodos são necessários e inevitáveis quando novas idéias, estranhas ao entendimento comum dos cientistas, passam a determinar a construção das teorias. (KUHN, 1962)

Para Kuhn, as crenças são fundamentais na construção dos paradigmas, e este talvez seja o ponto mais importante de suas idéias, pois elas determinam a forma como determinado grupo científico irá compreender e desenvolver seu objeto de estudo. Essas crenças são fundamentalmente os valores externos à ciência que fazem parte da forma de pensar dos cientistas e que serão, inevitavelmente, incorporados à ciência desenvolvida por eles. Dessa forma, Kuhn está um passo à frente de seus antecessores, no sentido de que apresenta uma interpretação da evolução das ciências que leva em consideração o papel das crenças e dos valores individuais, e que por isso entende que a busca pela “verdade” sempre estará condicionada a estes aspectos. Por essa razão, não há uma forma não valorativa e pura de construir ciência.

A forma de pensar kuhniana já aponta para uma maior abertura da filosofia da ciência em direção à hermenêutica. O entendimento de que as ciências são construídas a partir de consensos das comunidades científicas abre espaço para discutir de que forma estes consensos são construídos. Kuhn aponta para a importância da linguagem neste processo, mas não discute de fato o estudo do papel da retórica e da hermenêutica como fazem, entre outros, autores como McCloskey e Rorty, que discutem o papel desses aspectos na filosofia da ciência. De forma ampla, o entendimento desses autores é que, dada a inexistência de

uma forma adequada de se chegar à “verdade” científica, e dado também que a evolução das ciências é feita por um processo de construção coletiva, conforme aponta Kuhn, a forma de transmitir conhecimento e de interpretar as informações recebidas possui papel essencial nesse processo. É a partir desses aspectos que os cientistas discutem e debatem, sendo este o meio pelo qual as teorias são construídas e as ciências evoluem.

Rorty discute em profundidade o papel da hermenêutica na forma de evolução das ciências. Segundo ele, a hermenêutica não é um substituto da epistemologia, não é um novo arcabouço teórico capaz de explicar a forma de construção das ciências. Isso porque a epistemologia e todas as suas teorias se mostraram inadequadas para explicar a forma de pensar dos cientistas. Sendo assim, Rorty oferece a hermenêutica como um apelo para que o espaço aberto deixado pela epistemologia e sua incapacidade de explicar a construção das ciências não seja preenchido por alguma nova forma epistemológica. Defende o entendimento de que a nossa cultura, os nossos valores, e a forma que interpretamos as coisas são de fato o que constroem as teorias. Segundo Rorty, todas as teorias epistemológicas são comensuráveis, ou seja, são compostas por uma série de regras racionais que permitem a construção das ciências a partir de padrões definidos historicamente.

Nessa linha Rorty entende que não se pode abandonar a busca pela comensurabilidade e a conversação racional, mas isto não significa que isso se faça por meio da epistemologia, como muitos fizeram ao longo da história, mas sim a busca por uma forma de entender a evolução das ciências, a forma como os cientistas pensam e fazem ciência de fato. Apesar de sabermos que um método único não será encontrado, essa busca é de suma importância, pois contribui para o próprio entendimento pragmático do mundo em que vivemos. É por isso que Rorty apresenta a hermenêutica, mais especificamente o espaço hermenêutico, como forma pela qual podemos compreender como as ciências de fato evoluem, buscando entender a forma pela qual os cientistas fazem ciência; mas em nenhum momento abandonando o que a história da ciência mostrou ser viável, ou seja, a construção racional de uma compreensão hermenêutica de como os consensos se tornam possíveis em determinadas situações históricas específicas.

O projeto filosófico de Rorty, portanto, representa uma forma de fazer filosofia que alia a crítica ao racionalismo próprio dos pragmatistas pioneiros (James, Dewey, Pierce), ao desenvolvimento da filosofia da linguagem posterior a eles. Ou, de outra forma, busca aliar a compreensão da filosofia como uma atividade dinâmica que procura se libertar das imposições epistemológicas e positivistas de tradição cartesiana e kantiana, sem perder a dimensão e função crítica da filosofia em relação à linguagem (própria da filosofia analítica de tradição anglo-americana). Ao mesmo tempo tenta preservar sua dimensão criativa e avançar em uma dimensão hermenêutica que não se permite envolver por determinismos epistemológicos e lingüísticos os quais buscam delimitar o campo de ação do conhecimento considerado como epistemologicamente válidos (tal como os praticados, por exemplo, pelo empirismo lógico e pelo falsificacionismo de Popper).

O objetivo do conhecimento para Rorty, por outro lado, deve ser a busca criativa pela construção e resolução de novos problemas que nos sejam mais importantes do que os que nos foram colocados até então. A filosofia tem o imenso potencial criativo, muitas vezes desperdiçado, de nos dar condições de reconstruir nossas trajetórias em consonância com nossos objetivos e utilizando um conhecimento científico que esteja de acordo com um espírito prático e humano, voltado para o “mundo da vida”, ao estilo da filosofia de Willian James e Friedrich Nietzsche. De acordo com Rorty, deveríamos buscar na filosofia e nas ciências, assim como em qualquer outro âmbito do conhecimento humano, novas formas de pensar os problemas que surgem de forma cada vez mais dinâmicas em nossas sociedades.

Da mesma forma que Quine inicia dentro do pensamento filosófico americano uma “nova era” para o pragmatismo, Richard Rorty inicia um processo na década de 80 de resgate (a partir de Quine) da filosofia pragmatista em uma versão mais voltada para os pressupostos e valores pragmatistas presentes principalmente na filosofia de James e Dewey. O projeto filosófico de Richard Rorty se aproxima da tradição inaugurada por W. Quine ao mesmo tempo em que busca fazer um resgate do pragmatismo a partir de uma visão ética e baseada no princípio da democracia. A diferença, no entanto, está na leitura e no grau de proximidade ou afastamento que ambos têm em relação à tradição semântica da filosofia analítica e do empirismo da primeira metade do século XX. Nesse ponto Rorty se coloca em posição de antagonismo em relação às propostas epistemológicas pragmatistas tanto de Quine como de Peirce. Faz parte de uma nova geração de filósofos que compreendem que a

filosofia e o conhecimento científico devem estar voltados para a vida e para a busca da solução de problemas concretos e não para a “Verdade” vista como representação semântica da natureza. “Chamamos algo de ciência na medida em que nos permite prever o que irá acontecer e, portanto, nos permite influenciar o que irá acontecer. É claro que há uma variedade de outros critérios para boas teorias científicas, além do sucesso preditivo e uma variedade de razões para tornar-se um cientista além do imperativo de contribuir para que tenhamos a natureza sob controle” (Rorty 1998, pg.20).

Para Rorty, não faz sentido pressupor que o conhecimento possa ser alcançado, seja ele de forma desinteressada ou não, através de instrumentos e métodos de validação racional ou empírica que nos poderiam fornecer evidências a partir de juízos representacionais sem qualquer caráter normativo e sem nenhuma natureza prática de qualquer espécie – simplesmente porque estes juízos representacionais neutros não existem. Para neopragmatistas como Rorty, a busca incessante pela “Verdade” já parece ser uma escolha carregada de juízos de valor, e, portanto, preta de implicações valorativas relacionadas com a sustentação de um ideário platônico. Com inspiração em Nietzsche e James, Rorty nos leva a questionar a relevância prática de se procurar por supostas “Verdades”, entendidas no sentido essencialístico ou semântico-representacional. Ou seja, nos questionarmos nietzschianamente em relação à pergunta: “Porque sempre a Verdade?” Baseado em que se pode afirmar que buscar a verdade transcendental é algo importante e relevante e a que se deva colocar em primeiro plano em relação aos nossos objetivos “mundanos”? Qual a relevância de se pressupor a existência de uma essência imutável e definitiva dos processos e das coisas?

A ciência e a filosofia devem buscar resolver os novos problemas que surgem, reservados os parâmetros determinados socialmente em consonância com os objetivos e problemas de cada campo específico e de cada sociedade em particular e não perder tempo com debates intermináveis sobre qual seja a “Verdade” ou essência que supostamente acalmaria os nossas inquietações intelectuais e filosóficas. A alternância de teorias e métodos de averiguação científica verificados ao longo da história do pensamento científico estaria, de acordo com Rorty, muito menos relacionada a erros ou desvios da trajetória epistemológica indicada por nossos filósofos de plantão, do que a supostas mudanças dos problemas teóricos e aplicados que surgem em nossas sociedades à medida que elas se modificam,



criando e recriando novas problemáticas. O interessante, de acordo com esta perspectiva, é que a própria criação de problemas teóricos possa ser vista como fazendo parte das próprias condições históricas e contingentes presentes em determinado momento, fugindo assim de um etnocentrismo caro aos filósofos e metodólogos tradicionais.

Neste sentido a ciência não pode ser vista como independente da cultura e dos objetivos da sociedade a qual ela pretende beneficiar. Isto se torna ainda mais claro quando se está trabalhando com as ciências consideradas humanas pois, neste caso, as conseqüências da atitude de domínio das ações humanas tem implicações ético-sociais ainda mais contestáveis. De acordo com a visão pragmatista oriunda do pensamento de Richard Rorty não há nenhuma condição filosófica *a priori*, fora da argumentação, que nos permita considerar como epistemologicamente mais relevante um problema em relação a outro, seja ele científico ou não. Daí não podermos nos esquivar de assumirmos as responsabilidades de nossas escolhas e valores culturais. Não existe escolha positiva, neutra ou dada de forma desinteressada. Toda escolha que se propõe desinteressada pressupõe um juízo de valor. Esta é uma das principais marcas da tradição neopragmática tal como apresentado por Rorty a qual lhe diferencia de outras tendências pragmáticas contemporâneas inspiradas no pensamento de Quine.

### O espaço hermenêutico

Para Rorty, há dois papéis que um filósofo deve representar. O primeiro deles é o de interlocutor entre distintos discursos, uma espécie de elo entre cadeias apartadas que as une e lhes dá um sentido compartilhado. O segundo deles, não totalmente desligado do primeiro, entende que o filósofo é aquele que conhece o substrato comum a todos os cientistas – ele sabe o que todos fazem, mesmo que estes não o saibam, porque conhece o anteparo contra o qual o fazem (seja este anteparo a mente, a linguagem, ou qualquer outro ente filosófico que se suponha universal).

O primeiro destes papéis se relaciona com a hermenêutica; o segundo, com a epistemologia. Como já se afirmou neste trabalho, não há como se atingir o tal “substrato comum” aos diferentes discursos, não porque não tenhamos meios para tal, mas porque simplesmente este substrato não existe. Essa entidade quimérica pressupõe que os objetos e

problemas sob investigação sejam perenes – o que não ocorre, mesmo considerando-se as ciências naturais. É ocioso dizer que, no caso das ciências sociais, sendo o foco do estudo uma realidade (o que quer que isso signifique) cunhada pela atividade humana, este objeto se mostra em constante mutação. No caso das ciências ditas naturais, esta afirmação poderia causar maior estranhamento, dado que em tese o meio físico não sofre alterações em virtude do voluntarismo humano. O mundo desta tese, porém, era um outro, em que o homem ainda não subjugava e alterava irreversivelmente o meio natural. Outro mundo, alheio a este do qual participamos.

Por isso que a história da filosofia da ciência testemunhou a derrocada da epistemologia como conhecida e praticada até então, dado que seu principal objetivo não é atingível. Diante da inutilidade de uma ferramenta, a primeira reação é a de tentar adaptá-la ao uso que se pretende, ainda que com deformidades. Este foi o caminho perseguido pelos metodólogos, que buscaram uma “nova epistemologia” que fosse capaz de definir o que era conhecimento científico válido, e como seria possível arbitrar entre corpos teóricos distintos. As deformidades, contudo, que surgiram, impediram a evolução das tentativas de salvar a epistemologia. Faz-se necessária à adoção de um novo instrumento para perscrutar a ciência, destituído dos vícios que corroeram o anterior.

Esta é a proposta da hermenêutica. Não propriamente um novo instrumento, mas uma nova visão de mundo, que deixa de exigir a existência de um substrato comum e deixa de esperar que haja comensurabilidade entre os discursos. Somente o que se espera é a continuidade do discurso, pois é ele que permite que a esperança de consenso sobreviva. Nas palavras de Rorty, “Epistemology views the participants [of science] united in what Oakeshott calls an Universitas – a group united by mutual interests in achieving a common end. Hermeneutics views them as united in what he calls a societas – persons whose paths through life have fallen together, united by civility rather than by a common goal, much less by a common ground.” (RORTY, 1994, pág 318).

Não se espera que seja possível isolar as partes do todo com base em um conhecimento a priori deste – a noção de representação acurada se torna de pouco uso. Compreender do que o todo é tecido só é possível conhecendo-se as linhas que foram postas no tear para fazê-lo, ao mesmo tempo em que as linhas somente se dão a conhecer se conseguimos uma

imagem, ainda que não exata, do todo. Essa idéia de interpretação sugere que o entendimento dos fenômenos se assemelha mais ao processo de conhecer uma pessoa nova do que ao de realizar uma demonstração; culturas desconhecidas (e também teorias científicas) são vistas muito mais como um diálogo novo, do qual antes não participávamos, do que como uma estrutura erigida *a priori* sobre dados fundamentos. Este é o círculo hermenêutico que Rorty propõe.

A abordagem prática sugerida pela epistemologia indicava que os discursos deveriam ser distinguidos entre comensuráveis e incomensuráveis, tidos por discurso ‘normal’ e ‘anormal’. No sentido que Kuhn buscou emprestar a esses termos, poderíamos igualmente identificar o discurso normal, comensurável, com a prática da ciência normal, intraparadigmática, e o discurso anormal, com as rupturas e revoluções científicas. O discurso ‘anormal’ poderia, ao mesmo tempo, revelar-se sem sentido e utilidade – sem relevância científica – motivo pelo qual a epistemologia sempre se furtou a acolhê-lo em seu seio. Não só a epistemologia: não há disciplina que se proponha a estudar um tipo de discurso que pode variar entre o inútil e o revolucionário.

A hermenêutica é justamente a tentativa de abordar a anormalidade, ainda que sob o ponto de vista de um discurso ‘normal’ – é a busca por sentido em uma linguagem que não somos capazes de descrever, e, portanto, de contabilizar sob um ponto de vista epistemológico. A orientação pautada, inicialmente, por um discurso normal, é transcendida à medida que a hermenêutica se comporta de forma não reducionista, buscando ver novas arestas em um poliedro ainda desconhecido.

Nesse sentido, a divisão traçada aqui, entre discurso normal e anormal, ou discurso objetivo e subjetivo, não é senão a da familiaridade. Como afirma Rorty, “We must be hermeneutical where we do not understand what is happening but are honest enough to admit it” (RORTY, 1994, pág 321). Idealmente, no futuro, em uma Era em que o consenso entre psicologia, sociologia, física e astronomia estivesse próximo, seria possível enxergar estes distintos discursos como igualmente objetivos. Eles já teriam sido perscrutados por olhares hermenêuticos, que haveriam tornado possível que a falta de familiaridade se desfizesse. Não mais faria sentido entrincheirar ciências naturais, de um lado, como

objetivas e representativas da ‘verdade’, e psicologia, história e literatura, de outro, como discursos subjetivos e incomensuráveis.

A epistemologia busca acessar a representação objetiva e desinteressada de uma suposta “verdade universal”. Ao invés disso, o que a filosofia da ciência de fato necessita é reconhecer que a ciência, seja em que campo for, é uma empreitada valorativa. Não há como representar objetivamente a “verdade universal”; não há uma “verdade universal”. Todo objeto de estudo é fruto da deliberação humana, calcada em valores. O que existem são “verdades”, as quais se buscam abordar por instrumentos de pesquisa deliberadamente distintos. O que se faz aqui, portanto, não é uma defesa do relativismo, mas sim, e tão somente, o reconhecimento de que a prática da “ciência positiva” é extremamente difícil. Como sabemos, toda pesquisa em todos os campos da ciência é embebida de valores e prescrições sociais.

Afirmar que o estudo da história da ciência, como o estudo de toda a história, deve ser hermenêutico e negar que exista algo paralelo que se chame de reconstrução racional que possa legitimar a prática científica atual não é dizer que átomos e fenômenos de supercondução que os físicos estudam são criações do engenho humano. Optar pelo emprego da hermenêutica não exige que divisemos entre o feito e o descoberto. A linha entre eles não tem a ver com a linha entre o comensurável e o incomensurável, que é a fronteira em que a hermenêutica busca se posicionar. Por isso que o início desta seção afirma que os dois papéis desenvolvidos pelos filósofos não devem ser apartados; em verdade, não o são. A epistemologia, responsável pelo discurso normal, não rivaliza com a hermenêutica, que tateia as paredes com as quais ainda não nos familiarizamos. “Hermeneutics is not ‘another way of knowing’[...] It is better seen as another way of coping.” (RORTY, 1994, pág 356).

As ciências parecem começar a perceber que não existe uma epistemologia fechada. Analogamente, o método neoclássico, predominante na ciência econômica, não dá conta, sozinho, de compreender o fenômeno econômico. Há que se lançar mão de suportes históricos e sociais, em paralelo à modelagem e formalização matemática. O método que busca a melhor compreensão da realidade, sob o prisma econômico, deve ser plural. Se a filosofia da ciência nos aponta que existe a possibilidade de se fazer ciência lançando mão

da hermenêutica, abrindo humildemente o flanco para o estudo do que antes se considerava incomensurável, o pluralismo passa a ser, portanto, uma opção interessante e importante para os economistas. Ser plural é estar aberto para tratar do incomensurável.

## Conclusões

O papel que McCloskey atribui à argumentação e a retórica no debate teórico em economia, assim como suas críticas em relação tanto ao critério de demarcação como ao conceito semântico de Verdade é algo que está intimamente ligado à influência do neopragmatismo de Richard Rorty (ver Rego 1996). Em McCloskey, esta influência surge exatamente no momento em que a epistemologia de tradição empirista, aqui incluída a perspectiva falsificacionista de Popper, parece trilhar um caminho sem volta, rumo a uma completa desvinculação da prática científica em relação às regras e padrões epistemológicos defendidos pelos filósofos da ciência. Neste momento, um abismo epistemológico parece se colocar entre a prática científica e a filosofia da ciência. Lisboa (2001) chega inclusive a afirmar que a filosofia da ciência atualmente se encontraria em um dilema: “ceticismo absoluto ou o recurso a alguma compreensão preexistente do mundo que rejeita a necessidade de validação pela experiência, e que, nesse caso, não consegue se distinguir da compreensão proposta por qualquer argumento teológico” (Lisboa, 2001, pg.808).

McCloskey, no entanto, ao contrário de Lisboa e outros economistas de tradição neoclássica que seguem a tendência empirista, procura resolver estes impasses da metodologia econômica oficial recorrendo não a um recurso empirista como última salvação para a definição de um critério epistemológico, mas sim buscando melhor compreender e refletir pragmaticamente sobre os próprios pressupostos filosóficos que durante séculos sustentaram a crença de tradição iluminista de que a Verdade e o critério de demarcação são elementos indispensáveis para a prática científica. McCloskey segue Rorty, portanto, ao questionar fundamentalmente a necessidade última da existência de qualquer recurso epistemológico para a prática científica em economia. Alega a irrelevância e aparente contra-senso de atitudes demarcacionistas que possam servir como instrumento capaz de gerar qualquer tipo de controle filosófico ou epistemológico em relação à prática efetiva da ciência econômica.

Poderíamos então perguntar: qual é a função do critério de demarcação epistemológico no que diz respeito à produção do conhecimento científico? Para Rorty e McCloskey cremos que a resposta seja nenhum. Pois todo critério epistemológico, neste sentido, parece pressupor uma decisão ética-argumentativa também pré-determinada culturalmente, mas que não se compreende enquanto tal, fazendo valer uma concepção semântica da verdade que privilegia a pressuposição da existência de uma essência e de uma concepção de conhecimento como uma representação, ainda que imperfeita e falível, desta essência previamente estabelecida, independentemente de qualquer descrição lingüística ou cultural.

A relevância da filosofia para a prática científica de acordo com esta tendência de autores pragmatistas não estaria em nada relacionada à definição de qualquer critério epistemológico específico que nada mais poderia representar a não ser assumir o papel de instrumento “autoritário” que busca garantir um espaço privilegiado e o poder de reforçar politicamente uma decisão ética já previamente estabelecida. Estaria sim muito mais relacionada à potencialidade que a filosofia tem de transformar os nossos valores democráticos em fonte e instrumento capaz de aumentar a comunicação e transformar a produção do conhecimento científico em algo o mais aberto possível. Voltado para os interesses humanos e definidos a partir da priorização de critérios éticos que possam se mostrar mais ao estilo dos valores culturais democráticos de sociedades ocidentais como a nossa.

O objetivo da crítica pragmatista à epistemologia como fazem Rorty e McCloskey é lutar para tornar mais claras as nossas escolhas e impedir que as mesmas sejam camufladas por supostas isenções filosóficas em nome da objetividade e neutralidade científica. Como procuramos demonstrar ao longo desse texto, acreditamos que não temos como nos isentar da responsabilidade de assumir nossas escolhas e visões de mundo assim como nossos supostos interesses, sejam eles científicos ou não. Sendo assim, não temos como defender com base em uma meta narrativa epistemológica ou filosófica que nossos interesses científicos, críticos ou religiosos sejam mais próximos da “Verdade” do que qualquer outro. Daí a importância do caráter argumentativo e de valorização democrática e não epistemológica do discurso econômico. Acreditamos assim que a principal contribuição da perspectiva hermenêutica e pragmática para o desenvolvimento da produção de conhecimento em economia se refere à tentativa destas correntes filosóficas de dissolver

debates inconclusivos e inoperantes a respeito de preceitos epistemológicos e críticas nas quais se pressupõe a superioridade transcendental de alguma perspectiva teórica ou ontológico-metafísica em relação às perspectivas concorrentes. Ao contrário, cremos que é no âmbito argumentativo e pragmático que se devem concentrar esforços no sentido de se buscar uma melhor compreensão dos rumos da ciência econômica.

## Referências

ARIDA, P., “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996 - segunda versão do trabalho publicado originalmente em 1983 como texto para discussão PUC/RJ.

BIANCHI, A. M., “Muitos Métodos é o Método”, *Revista de Economia Política*, 12 (2), Junho, São Paulo, 1992.

BRESSER PEREIRA, L. C., “Método e Paixão em Celso Furtado”, em *A Grande Esperança em Celso Furtado*, José Márcio Rego e Luiz Carlos Bresser Pereira (orgs.), Editora 34, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_, “Economics’ Two Methods” Trabalho apresentado na European Association for Evolutionary Political Economy, XV Encontro Anual, Maastricht, Novembro 7-10, 2003c.

DUAYER, M., “Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental?”, trabalho apresentado no VIII Congresso de Economia Política, Florianópolis, Jun., 2003.

FERNANDES, D., A., “A Razão da Retórica: Hermenêutica, Pragmatismo e a Retórica em Economia”, trabalho apresentado no VII encontro SEP, Florianópolis, Junho, 2003.

FERNÁNDEZ, R., “A retórica e a procura da Verdade em Economia” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

GALA, P. e REGO, J.M., *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em economia*, São Paulo, Editora 34, 2003.

HANDS, D.,W., *Reflection without rules, economic methodology and contemporary science theory*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001.

HABERMAS, J., *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Porto, D. Quixote, 1994.

\_\_\_\_\_, *Conhecimento e Interesse*, Rio de Janeiro, Guanabara 1987.

HOOVER, K., D., “Pragmatism, Pragmaticism, and Economic Method” in *Contemporary Issues in Economic Methodology*, Roger E. Backhouse, editor. London: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_, “Why Does Methodology Matter for Economics?”, in *The Economica Journal*, vol.105 (430), Maio, 1995.

KUHN, T. S. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press

LISBOA, M., B., “Linguagem, procedimentos e pragmatismo na tradição neoclássica”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 31(4):785-823, Out-Dez, 2001.

MARGUTTI PINTO, P., R., A abordagem pragmática do conhecimento. In: *A ciência e seus impasses: debates e tendências em filosofia, ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

MCCLOSKEY, D., *The Rhetoric of Economics*, University of Wisconsin Press, Wisconsin, 1998 (2ed.).

\_\_\_\_\_, “A Retórica da Economia”, em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_, “The Rhetoric of Economics”, *Journal of Economic Literature*, 21, 1983.

\_\_\_\_\_, *Knowledge and Persuasion in Economics*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000 (1ed. 1994).

\_\_\_\_\_, “The Rhetoric of Economics”, *Journal of Economic Literature*, 21, 1983.

\_\_\_\_\_, *Economical Writing*, Waveland Press, Estados Unidos, 2000(2ed.).

PAULANI, L.M., “Idéias sem lugar - Sobre a retórica na economia de McCloskey” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.



\_\_\_\_\_, “Modernidade e discurso econômico - ainda sobre McCloskey”, *Revista de Economia Política*, Volume 19, n.4(76), Dez 1999.

POPPER, Karl (1934). “Falsificacionism x Convencionalism”. *In* David MILLER, org. (1985) *Popper Selections*. Princeton: Princeton University Press: 133-151.

PRADO, Jr., B., “O Relativismo como Contraponto”, in *O Relativismo enquanto Visão de Mundo*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1994.

\_\_\_\_\_, “Transmissions et re-transmissions de la philosophie analytique: Europe/Les Iles Britanniques/ Amériques/ Europe”, Conferência pronunciada em 5 de novembro de 2003, no *Collège International de Philosophie*, em Paris, na comemoração de seu XXº aniversário

PRADO, E.,F.,A., “Um estudo sobre a compreensão da economia como ciência”, Tese de livre de docência, São Paulo, IPE/USP, 1990.

REGO, J.M., “Retórica na Economia - idéias no lugar” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_, “Retórica e a Crítica do Método Científico em Economia: Sociologia do Conhecimento *versus* a Lógica da Superação Positiva”. *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia*. Fortaleza: Anpec, 1989.

RORTY, R., *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994a.

\_\_\_\_\_, “Relativismo: Encontrar e Fabricar”, in: *O Relativismo enquanto Visão de Mundo*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1994.

\_\_\_\_\_, “Pragmatismo, Filosofia Analítica e Ciência” in *Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência*, Margutti Pinto, ed. UFMG, 1998.